



WWW.CDDMOZ.ORG

POLÍTICA MOÇAMBICANA

Domingo, 14 de Julho de 2024 | Ano VI, n.º 600 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | www.cddmoz.org

“STOP BRANQUEAMENTO DE CAPITALS”

PGR continua a arrastar peixe miúdo enquanto protege os grandes chefes da Frelimo que usam a imobiliária para lavar dinheiro proveniente do tráfico de drogas e outras actividades ilícitas

- Para além do famigerado processo 3/GCCCOT/2022 contra 40 cidadãos e 15 empresas, ainda no âmbito da prevenção e combate ao branqueamento de capitais, foi instaurado o processo número 34/BC/GCCCOT/2022, no qual foram detidos sete arguidos, dos quais três de nacionalidade estrangeira. Destes, quatro foram restituídos à liberdade mediante pagamento de caução. Três estão prisão preventiva.



Em comunicado datado de 12 de Julho, o Ministério Público, (MP) através do Gabinete Central de Combate à Criminalidade Organizada e Transnacional (GCCCOP) actualizou o ponto de situação do processo¹ número 3/GCCOT/2022, instaurado no âmbito da campanha “Stop Branqueamento de Capitais” em Maio, contra 40 cidadãos, entre nacionais e estrangeiros, e 15 empresas.

Essencialmente, o comunicado indica que o número de empresas constituídas arguidas subiu para 48; o valor expatriado com a alegação de importação de diversas mercadorias também subiu para USD 802.413.755,32 (oitocentos e dois milhões, quatrocentos e treze mil, setecentos e cinquenta e cinco dólares e trinta e dois cêntimos). Dos 40 arguidos, todos peixe miúdo, apenas seis estão em prisão preventiva. Três estão em liberdade provisória, mediante caução. Trinta e um estão alegadamente foragidos. A nota do MP indica que, para além do processo retromencionado, foi instaurado o processo 34/BC/GCCOT/2022 que culminou, até agora, com

a detenção de sete arguidos.

Ora, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) reitera o seu posicionamento de que a acção do MP não combate o mal – que é uma das causas que atiraram o país para a lista² cinzenta do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) – porque arrastou peixe miúdo, deixando de fora os grandes chefes da Frelimo com investimentos milionários na imobiliária, cujo dinheiro vem do tráfico de drogas e outras actividades ilícitas.

Para o CDD, enquanto o MP continuar a proteger os grandes chefes da Frelimo, não se pode dizer que haja, em Moçambique, um compromisso sério de combater o branqueamento de capitais. A acção da PGR pode resultar dos esforços do Governo de tirar o país da lista do GAFI e não de uma agenda genuína de luta contra o branqueamento de capitais.

Quase dois meses depois do início da campanha, em conexão com o processo 3/GC-COT/2022, o número de empresas constituídas arguidas subiu de 15 para 48, ou seja, há mais 33 empresas constituídas arguidas.

O valor expatriado entre 2019 e 2023, com a alegação de importação de diversas mercadorias que nunca chegaram ao país, também subiu de USD 330.241.242,39 para USD 802.413.755,32 (oitocentos e dois milhões, quatrocentos e treze mil, setecentos e cinquenta e cinco dólares e trinta e dois cêntimos), equivalente a 50.752.670.023,99 MT (cinquenta mil milhões, setecentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e setenta mil vinte e três meticais e noventa e nove centavos).

Até agora, segundo o MP, foram apreendidos 54 imóveis, designadamente de hotelaria e turismo, estabelecimentos comerciais, instalações de empresas, residências, edifícios em construção e outras propriedades pertencentes aos arguidos. Foram igualmente apreendidos bens móveis, dentre eles 13 viaturas.

Dos 40 arguidos, todos peixe miúdo, apenas seis estão em prisão preventiva. Três estão em liberdade provisória mediante caução. Trinta e um estão alegadamente foragidos.

Novo processo

Para além do famigerado processo 3/GCCOT/2022 contra 40 cidadãos e 15 empresas, ainda no âmbito da prevenção e combate ao branqueamento de capitais, foi instaurado o processo número 34/BC/GCCOT/2022, no qual foram detidos sete arguidos, dos quais três de nacionalidade estrangeira. Destes, quatro foram restituídos à liberdade mediante pagamento de caução. Três estão sob prisão preventiva.

Nos mesmos autos, foram apreendidos um total de 54.143.364,03 (cinquenta e quatro milhões, cento e quarenta e três

mil, trezentos e sessenta e quatro meticais e três centavos) transferidos para a Conta Única do Tesouro (CUT).

Os arguidos no âmbito da campanha “Stop Branqueamento de Capitais” estão, dentre outros, indiciados nos crimes de: branqueamento de capitais; falsificação de documentos; fraude fiscal; abuso de confiança fiscal; associação criminosa e uso de documento falso.

Nesta campanha, o GCCOT fez buscas em residências e em estabelecimentos comerciais nas cidades de Maputo e Matola, sul de Mo-

çambique, Tete e Manica, centro de Moçambique, e Nampula e Nacala, no norte do país.

Lembre-se que para lograr os seus intentos, em colaboração com alguns despachantes aduaneiros e certos colaboradores dos bancos, estes falsificam os Termos de Intermediação Bancária e os Processos de Desembarço Aduaneiro que usavam para exportação de capitais, sob pretexto de importação de mercadorias em diversos países, principalmente os considerados paraísos fiscais.

Levar peixe miúdo e deixar os grandes chefes da Frelimo

Desde o início do processo, o MP não divulgou (pelo menos, oficialmente, alegando presunção de inocência) os nomes das pessoas nem das empresas em causa.

No entanto, o CDD sabe que da lista consta apenas o chamado peixe miúdo, ou seja, o MP deixou de fora os grandes chefes da Frelimo com investimentos milionários na área da imobiliária em quase todo o país, cujo capital vem da lavagem de dinheiro das drogas e outras actividades ilícitas.

Em Junho de 2011, o então Procurador-Geral da República, Augusto Paulino, disse

haver indícios de lavagem³ de dinheiro no sector imobiliário de Moçambique. Falando numa aula de sapiência, nessa altura, Augusto Paulino disse que o volume das construções que se verificavam nas grandes cidades, e principalmente em Maputo, não podiam ser suportados pela economia nacional.

Nos seus informes à Assembleia da República, a actual Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, tem estado a fazer referência ao sector imobiliário como terreno⁴ fértil para o branqueamento de capitais.



¹ <https://opais.co.mz/exportados-em-2023-mais-de-usd-330-milhoes-atraves-de-branqueamento-de-capitais/>
<https://www.dw.com/pt-002/lista-cinzenta-moçambique-avança-mas-precisa-de-mais/a-68188444>

² https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/06/há-lavagem-de-dinheiro-nos-negócios-imobiliários.html

³ https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2018/04/beatriz-buchili-relaciona-investimentos-no-sector-imobiliário-ao-branqueamento-de-capitais-em-moçambique.html

Frelimo e o envolvimento nas drogas

Um relatório da Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional publicado em 2022 indica que, na África Austral, os portos de Pemba e de Nacala estão entre os mais importantes no tráfico de droga. De acordo com esse relatório, os países do Leste e do Sul da África podem estar a receber mais drogas em relação à América Latina. O Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime alertou⁴, em 2019, que Moçambique se tinha tornado num corredor de grandes volumes de substâncias ilícitas, principalmente heroína, e recomendou uma maior cooperação internacional para a prevenção.

A droga move milhões de dólares. São esses dólares que financiam o partido Frelimo. Um estudo da autoria de Joseph Hanlon, intitulado “Heroína continua sendo uma das maiores exportações”, indica que todos os anos são movimentados entre 10 e 40 toneladas de heroína, ou mesmo muito mais, através de Moçambique, com um valor de exportação de 20 milhões de US\$ por tonelada. Segundo esse estudo de 2018, estima-se que pelo menos dois milhões de US\$ por tonelada ficam em Moçambique, em forma de lucros, subornos e pagamentos a figuras seniores moçambicanas.



No dia 1 de Junho de 2010 o então Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, designou Mohamed Bachir Suleman (MBS) “barão”⁵ de droga. É público que MBS é um dos principais financiadores das campanhas da Frelimo desde os tempos de Joaquim Chissano. Acredita-se que esse financiamento é uma forma de “massagear” o sistema

para continuar a garantir protecção.

Recentemente, o primeiro vice-presidente da AR, Hélder Injonjo⁶, apareceu ligado ao tráfico de drogas a partir do Porto de Macuse, na província da Zambézia.

Quer Injonjo quer a família MBS e outras continuam a viver normalmente com a protecção do sistema.

A grande luta para sair da lista do GAFI

Em 2022, Moçambique foi colocado na lista cinzenta do GAFI. A decisão teve que ver com deficiências estratégicas na prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa. Quase dois anos depois, Moçambique continua na lista cinzenta, não obstante progressos em apenas 7 das 15 recomendações submetidas para a avaliação do Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral (ESAAMLG). Trata-se de progressos alcançados como resultado da aprovação da nova legislação de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e proliferação de armas, bem

como da realização da Avaliação Nacional de Risco. A grande fragilidade⁷ do país continua a ser a incapacidade das autoridades de aplicação da lei em investigar e responsabilizar crimes de branqueamento de capitais.

É aqui onde entra a operação “Stop Branqueamento de Capitais”, cuja acção nos parece que seja para tentar convencer o GAFI a tirar Moçambique da lista cinzenta.

Lembre-se que em 2023, o MP registou 519 processos de branqueamento⁸ de capitais, dos quais 449 resultantes da investigação de crimes precedentes de corrupção, tráfico de estupefacientes, ambientais, fraude fiscal e raptos e 70 de outras situações, contra 69 processos de igual período anterior.

Ora, o CDD defende que a acção do MP não combate o branqueamento de capitais, porque se limita a arrastar peixe miúdo, deixando de fora os grandes chefes da Frelimo com investimentos milionários na imobiliária, cujo dinheiro vem do tráfico de drogas e outras actividades ilícitas.

Para o CDD, enquanto o MP continuar a proteger os grandes chefes da Frelimo, não se pode dizer que haja em Moçambique um compromisso sério de combater o branqueamento de capitais. A acção da PGR pode resultar dos esforços do Governo de tirar o país da lista do GAFI e não de uma agenda genuína de luta contra o branqueamento de capitais.

⁴ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Destacado-analista-sul-africano-diz-que-trafico-de-heroina-para-Africa-do-Sul-floresce-gracas-as-facilidades-dadas-pe-la-Frelimo-1.pdf>

⁵ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Destacado-analista-sul-africano-diz-que-trafico-de-heroina-para-Africa-do-Sul-floresce-gracas-as-facilidades-dadas-pe-la-Frelimo-1.pdf>

⁶ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Frelimo-cria-Comissao-Parlamentar-de-Inquerito-para-lavar-a-imagem-do-deputado-barao-de-droga.pdf>

⁷ <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/06/Branqueamento-de-capitais-e-financiamento-ao-terrorismo.pdf>

⁸ <https://opais.co.mz/exportados-em-2023-mais-de-usd-330-milhoes-atraves-de-branqueamento-de-capitais/>



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

